

## O protagonismo do Arquivo Nacional na configuração da Arquivologia no Brasil (1838-1991)

Ívina Flores Melo

Porto Alegre, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0002-6308-6935>  
 ivinaflores@gmail.com

### Resumo

O Arquivo Nacional foi criado como Arquivo Público do Império em 1838 a partir do Regulamento nº 2, de 2 de janeiro, em atendimento a Constituição de 1824. Desde então, esteve e atuou ativamente alcançando e desenvolvendo várias facetas da Arquivologia no Brasil. Propõe-se neste artigo apresentar o percurso histórico-epistemológico da Arquivologia no Brasil a partir da atuação e do protagonismo do Arquivo Nacional entre 1838 a 1991. Trata-se de estudo descritivo e qualitativo realizado por meio de pesquisa bibliográfica que sistematizou a conjunção de cinco pontos (visita de pesquisadores estrangeiros; associações de arquivistas e de Arquivologia; manuais arquivísticos; produção e eventos científicos e; cursos para a formação de arquivistas). Como resultado das análises, nota-se que o Arquivo Nacional protagoniza uma miríade de facetas *sine qua non* para o amadurecimento da Arquivologia no Brasil. Ao conjugar os marcos, é nítida a interação e o protagonismo do Arquivo Nacional que se materializou por vezes em articulações políticas a fim de se publicar os marcos regulatórios, outrora em cooperações internacionais e muitos momentos pela ação de diretores que foram fundamentais e inovadores.

### Palavras-chave

História da Arquivologia. Arquivo Nacional. Epistemologia da Arquivologia.

## National Archives of Brazil roleplay setting Brazilian Archival Science (1838-1991)

### Abstract

The National Archives was created as the Empire Public Archives in 1838 as a result of Regulation No. 2, of January 2, in compliance with the 1824 Constitution. Since then, it has been and has actively pursued and developed various facets of the Archival Science in Brazil. This article aims to present the historical-epistemological path of Archival Science in Brazil by the work and the protagonism of the National Archives between 1838 to 1991. It is a descriptive and qualitative study carried out through bibliographic research that was organized and analyzed by five points (foreign researchers visits; associations of archivists; Archival Science manuals; paper and conferences and; archivists education and courses). As a result of the analyzes, it is noted that the National Archives carries out a myriad of *sine qua non* facets which help Archival Science out in its maturation in Brazil.

### Keywords

Archival Science History. National Archives of Brazil. Archival Science Epistemology.



Licença de Atribuição BY do Creative Commons  
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Submetido em 07/12/2020  
 Aprovado em 10/03/2021  
 Publicado em 30/03/2021

## 1 INTRODUÇÃO

A Arquivologia no Brasil configura-se como disciplina científica quando das eminentes necessidades de tratamento e organização dos arquivos públicos brasileiros, por volta de 1830, tendo como protagonista central deste processo o Arquivo Nacional (ARQUIVO NACIONAL 2016). O Arquivo Nacional foi criado como Arquivo Público do Império em 1838 a partir do Regulamento nº 2, de 2 de janeiro, em atendimento a Constituição de 1824 (ARQUIVO NACIONAL, 2016). Esta instituição arquivística, ao se formar, espelha-se no modelo dos *Archives Nationales* (França), cujo escopo, na sua criação em 1789, tinha como fio condutor a guarda, a preservação e a conservação de documentos históricos de toda a França.

A finalidade do Arquivo Público do Império, no ano de criação, centrava-se na guarda de documentos sob a égide de três seções, quais sejam: 1) administrativa, responsável pelos documentos dos poderes Executivo e Moderador; 2) legislativa, incumbida da guarda dos documentos produzidos pelo Poder Legislativo e; 3) histórica. Assim como os *Archives Nationales*, o Arquivo do Império voltava-se para os documentos de valor histórico e objetivava prementemente a preservação da memória (JARDIM, 2020).

Em 1841, há a publicação da circular francesa, *Instructions pour la mise en ordre et le classement des archives départementales et communales*, atribuída a Natalis de Wailly (DUCHANTÊL, 1841), o totem fundador da Arquivologia, configurando o Respeito aos Fundos, método de ordenamento interno dos conjuntos documentais (KUROKI, 2016; COUGO JUNIOR, 2018), que influencia, mais tarde, a maneira pela qual o Arquivo Público do Império ordena e representa os documentos.

Em 1860, a partir da publicação do Decreto nº 2.541, de 3 de março, houve uma readequação das seções dividindo-se em Legislativa, Administrativa e Histórica (ARQUIVO NACIONAL, 2016). Marques (2011) descreve que em 1873, Joaquim Machado Portela, Diretor do Arquivo (1873-1898) apresenta em um de seus relatórios a latente necessidade da formação de uma escola de Diplomática e Paleografia de maneira a especializar os funcionários na leitura dos diplomas e no conhecimento mais aprofundado da cronologia e da história apresentada pelos documentos. Em 1893, o diretor propõe a utilização de um plano sistemático de códigos (plano de classificação) almejando aprimorar os métodos e técnicas aplicados aos acervos sob a custódia do Arquivo (MARQUES, 2011; ARQUIVO NACIONAL, 2016).

Em 1886, de acordo com o Arquivo Nacional (2016) é publicado o “Catálogo das cartas régias, provisões, alvarás, avisos, portarias, de 1662 a 1821”, primeira publicação do Arquivo

Público o que traz para a instituição arquivística brasileira, não apenas o papel de custodiador, mas também o de facilitador e disseminador dos documentos de arquivo por meio de instrumentos de pesquisas.

Em 1889, o Arquivo Público do Império se torna o Arquivo Público Nacional. Em 1911, um novo decreto (Decreto nº 9.197, de 9 de dezembro de 1911) altera a denominação para Arquivo Nacional e publica um novo regimento interno que estabelece três seções: Administrativa, Histórica, Legislativa e Judiciária. Diversas novas estruturas das seções foram aplicadas e alguns marcos legais foram publicados entre 1932 e os anos 90, conforme quadro abaixo:

**Quadro 1- Estruturas do Arquivo Nacional (1932-1991)**

Ano	Norma	Escopo
1932	Regimento Interno	Novas seções Administrativa, Histórica, Legislativa e Judiciária; Biblioteca e Mapoteca, além de uma Secretaria.
1958	Decreto nº 44.862, de 21 de novembro	Aprova novo regimento do Arquivo Nacional, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Cria o Serviço de Documentação Escrita, abrangendo as seções do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, da Presidência da República, dos Ministérios, da Administração Descentralizada e da Documentação Histórica.
1975	Regimento Interno	Novo regimento estabelece a seguinte estrutura para a instituição: Divisão de Pré-Arquivo, Divisão de Documentação Escrita, Divisão de Documentação Audiovisual, Divisão de Pesquisas e Atividades Técnicas, Divisão de Publicações, Divisão de Administração e Coordenadoria de Cursos de Arquivologia.
1975	Portaria nº 600-B/Ministério da Justiça	Cria a Coordenação Regional no Distrito Federal (Coreg). Denominada inicialmente "Divisão de Pré-Arquivo", ocupa as dependências da Biblioteca Central da Universidade de Brasília.
1978	Decreto nº 82.308, de 25 de setembro	Institui o Sistema Nacional de Arquivos – SINAR
1983	Decreto nº 88.771, de 27 de setembro	Torna o Arquivo Nacional órgão autônomo da administração direta, do Ministério da Justiça
1991	Lei nº 8.159	Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados

**Fonte:** Arquivo Nacional (2016).

A partir deste apanhado histórico, propõe-se neste artigo uma especial atenção ao período compreendido entre 1838 a 1991, pois trata-se de expoente decurso de tempo no qual fomentou a Arquivologia no Brasil resultando nos marcos e nos avanços atuais. O Arquivo Nacional esteve e atuou ativamente neste período alcançando e desenvolvendo várias facetas da Arquivologia no Brasil. Desta forma, o objetivo deste artigo é apresentar o percurso histórico-epistemológico da Arquivologia no Brasil a partir da atuação e do protagonismo do Arquivo Nacional.

Sob a perspectiva de Marques (2011), na qual se traduz neste artigo como aporte metodológico, o Arquivo Nacional conduz ações culminantes para a formação da Arquivologia Brasileira. Observa-se, neste sentido, a conjunção de cinco pontos de discussão que

apresentaremos a seguir: 1) visita de pesquisadores estrangeiros; 2) associações de arquivistas e de Arquivologia; 3) manuais arquivísticos; 4) produção e eventos científicos e; 5) cursos para a formação de arquivistas.

Sendo assim, trata-se de estudo descritivo e qualitativo realizado por meio de pesquisas bibliográfica e documental. Para a pesquisa bibliográfica, foram selecionados artigos, teses e dissertações, por conveniência, nos quais abordam de maneira descritiva e histórica os cinco pontos de discussão propostos neste artigo. A pesquisa documental deu-se por meio de fontes primárias nas quais foram pesquisadas no sítio do Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional e dos *Archives Nationales* (França) no decorrer das discussões e das análises feitas a partir dos autores estudados.

## 2 VISITA DE PESQUISADORES ESTRANGEIROS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO, A LEGISLAÇÃO E A PUBLICAÇÃO DE MANUAIS

No Brasil, entre os anos 1944 a 1987, o Arquivo Nacional recebeu a visita de professores e pesquisadores estrangeiros, conforme quadro 2, que contribuíram para configuração da epistemologia, formação de cursos, aperfeiçoamento de técnicas e identificação de fundos governamentais. Esses teóricos estrangeiros opinaram e participaram de momentos fundadores para a Arquivologia no Brasil, como a inauguração da Divisão de Pré-Arquivo do Arquivo Nacional em 1975, a participação técnica nos estágios de formação de arquivistas brasileiros, o acompanhamento na mudança do prédio do Arquivo Nacional (MARQUES, 2011).

**Quadro 2- Professores e Pesquisadores- Visita ao Brasil (1944-1981)**

Visitante/Pesquisador	Ano da Visita
Charles Lyon Chandelier	1944
Roscoe Hill e Allan Manchester	1954
John P.Harrison	1955 e 1956
<b>Henri Boullier de Branche</b>	<b>1959</b>
<b>Theodore Roosevelt Schellenberg</b>	<b>1960</b>
René Maheu	1971
Elio Lodolini	1971 e 1972
Vicenta Cortés Alonso	1972 e 1975
Frank B Evans	1974, 1976 e 1982
Michel Duchein	1978, 1979, 1982 e 1987
Aurelio Tanodi	1979
Carmem Crespo Nogueira	1979
Charles Kecskeméti	1981 e 1982
Salvatore Carbone	1981
Ivan Cloulas	1981

Fonte: Marques (2011).

Destacamos, dentre essas visitas, a de Henri Boullier de Branche em 1959 e a de Theodore R. Schellenberg, em 1960. A vinda de ambos patrocinada por José Honório Rodrigues, Diretor do Arquivo Nacional entre 1958 e 1964.

Henri Boullier de Branche veio ao Brasil, por meio do acordo de cooperação técnico-administrativa entre o Brasil e a França, de 6 de outubro de 1959, ministrar cursos de aperfeiçoamento e treinamento aos funcionários do Arquivo Nacional. Rodrigues contatou a Embaixada da França no Brasil e solicitou a colaboração do pesquisador, descrito abaixo:

JHR contatou a Embaixada da França no Brasil para solicitar a colaboração de um professor francês na área de arquivologia para os cursos do AN, uma série de conferências sobre a organização e as atualidades dos arquivos da França. Ao escrever para Gabrielle Mineur, adida cultural da embaixada, ele relatou a situação do AN, que passava por uma grande reforma, aprovada por decreto presidencial em 1958. Assim, “o professor francês nos ajudaria a formar o pessoal técnico de que necessitamos para nossas tarefas iniciais”, contemplando, em seu curso, doutrinas, técnicas e métodos; história e organização dos arquivos na França e na Europa. No tempo que lhe restasse, esse profissional deveria estudar algumas adversidades de administração desse tipo de instituição, tendo em vista soluções para os problemas arquivísticos brasileiros, em especial: a relação entre os arquivos ativos e o AN; o problema da seleção e eliminação; o problema da administração dos arquivos vivos (ativos) em relação ao AN; a formação de arquivistas; o desenvolvimento da literatura profissional. (MARQUES; RODRIGUES, 2018, p.182).

Boullier de Branche ministrou cursos na área, organizados pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), identificou alguns fundos, elaborou um repertório do fundo Marinha de Guerra custodiado pelo Arquivo Nacional, fez a revisão de diversas coleções de documentos históricos e intermediou a tradução de obras francesas no Brasil (Marques, 2011). Marques e Rodrigues (2018, p.183) destacam que a repercussão de suas aulas “foi tão significativa que JHR chegou a solicitar a sua permanência no Brasil por mais seis meses. Boullier de Branche ficaria no Brasil por um ano”.

Como fruto de sua estadia e estudos realizados no AN, Boullier de Branche entrega um relatório contendo a descrição da situação dos arquivos brasileiros. De Branche destaca que apesar dos cursos nos quais ministrava e a proatividade da equipe que se formava no AN, seria necessária uma formação geral que contemplasse em seu currículo diálogos com a história, o direito, as organizações brasileiras e as organizações públicas. Uma formação com caráter técnico.

O primeiro curso em Arquivologia do país, então, foi criado em 1960 denominado Curso Permanente de Arquivo (CPA), no Arquivo Nacional como sugerido por Boullier de Branche (MARQUES, 2007). No ano de 1977, pelo Decreto nº 79.329, de 2 de março, a Federação das Escolas Isoladas do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atualmente Universidade Federal do Estado do Rio de

Janeiro (UNIRIO), incorpora o CPA, que passa a chamar-se Curso de Arquivologia (MARQUES, 2007; 2011; MEDEIROS, 2016). As necessidades institucionais e o corpo acadêmico formado a partir do CPA (MARQUES, 2007) consolidaram a Arquivologia no Brasil e promoveram a criação de mais cursos no país culminando nos 16 cursos atuais, conforme Quadro 3.

**Quadro 3- Curso de Arquivologia**

UNIVERSIDADE	ANO DE CRIAÇÃO	Norma de institucionalização do curso
UNIRIO	1960/1977	Decreto nº 15.596/1922
UFSM	1976	Portaria nº 076 de 16/01/1981
UFF	1978	Portaria nº 01 de 02/01/1986
UnB	1990	Portaria nº 1.297 de 06/10/1995
UEL	1997	Decreto nº 6646/02
UFBA	1997	Portaria nº 1.864 de 14/07/2003
UFRGS	1999	Portaria nº 2.881/2004
UFES	1999	Portaria nº 3.458 de 22/10/2004
UNESP/Marília	2002	Portaria CEE nº 173/2007
UEPB	2006	Resolução UEPB/CONSEPE nº 032/2007
UFPB	2007	Portaria 698 de 01/10/2015
FURG	2008	Portaria nº 515 de 15/10/2013
UFMG	2008	Portaria nº 615 de 30/10/2014
UFAM	2008	Portaria nº 298 de 09/07/2013
UFSC	2009	Portaria 404 de 22/07/2014
UFPA	2011	Resolução nº 4.170-A 3/09/2011

**Fonte:** Marques (2007, 2011); Medeiros (2016); Linden(2017).

Cabe destacar que a criação do CPA não foi a única iniciativa em direção ao fomento de cursos. Segundo Medeiros (2016), em 1911, cria-se o curso de Diplomática e Paleografia, com aulas semanais onde se ministrava as disciplinas Diplomática, Paleografia, Cronologia, Crítica Histórica e Regras de Catalogação. O autor descreve que em 1922, com a homologação do Decreto nº 15.596, de 2 de agosto, o diretor do Arquivo Nacional, João Alcides Bezerra Cavalcanti (1922-1938), propõe a criação de um curso técnico para os funcionários do Arquivo Nacional. Contudo, a formação oficializou-se em 1960 pelo CPA.

No tocante da visita de Schellenberg, ele vem ao Brasil com objetivo de diagnosticar os problemas arquivísticos brasileiros. Como resultado, Schellenberg escreve e publica um relatório denominado *“Archival Problems of the Federal Government of Brazil”* onde elenca sete recomendações a serem trabalhadas pelo Arquivo Nacional, são elas:

**“1) a necessidade de legislação apropriada, que salvasse a documentação federal e faça reconhecer a preeminência do Arquivo, não como instituição do Ministério da Justiça, mas como órgão da nação;**

- 2) a organização provisória no Rio de Janeiro e a futura transferência para Brasília;
- 3) a coordenação dos arquivos correntes com o Arquivo Nacional, para a defesa dos documentos públicos modernos;**
- 4) a unidade do Arquivo Nacional, evitando-se a multiplicação de arquivos históricos, como os do Itamaraty e do Ministério da Guerra, pois os custos de manutenção se elevam, sem falar no absurdo dos equipamentos técnicos extremamente caros reproduzidos em vários arquivos e muitas vezes abandonados por falta de pessoal competente, raro no país;
- 5) a necessidade de literatura arquivística especializada, que deve ser atendida atualmente antes das publicações eruditas;**
- 6) a organização de inventários;
- 7) a programação de cursos de formação e aperfeiçoamento de pessoal e finalmente a preservação e restauração dos documentos recolhidos.” (SCHELLENBERG, 2015, p.287 grifo nosso).

As contribuições de Schellenberg, na ocasião Diretor-Substituto do Arquivo Nacional Americano, notáveis ao discutir a situação dos arquivos modernos. O pesquisador traz consigo a “teoria das três idades” que à época já estava em discussão nos Estados Unidos (COSTA FILHO, 2016). Não obstante, além de recomendar a gestão de arquivos correntes divulga seu livro *Modern Archives: principles and techniques*<sup>1</sup>, publicado em 1954, que por sua vez cita sistematicamente o *Handlciding vocr het ordenen en beschreijven van Archieven* (Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos), Manual dos Arquivistas Holandeses, publicado em 1898 (KUROKI, 2016). Tendo sugerido a necessidade de literatura arquivística, o pesquisador reforça a necessidade de tradução de obras clássicas da Arquivologia, dentre elas seus próprios livros.

Em 26 de fevereiro de 1960, José Honório Rodrigues, envia ao Adido Cultural da Embaixada dos Países Baixos pedido de autorização e cessão de direito para a Associação dos Arquivistas Holandeses com fins a tradução e publicação no Brasil do Manual. Em 27 de junho de 1960, o Arquivo Nacional recebe a autorização e inicia a tradução da obra. Em 1960, o Arquivo Nacional publica a primeira edição da tradução.

Gomes (2011) aprofunda a questão da vinda da teoria das três idades para o Brasil relatando que Luiz Simões Lopes, Diretor-presidente da Fundação Getulio Vargas (FGV), convidou para colaborar no projeto de planejamento e implantação de um sistema de arquivos, Maria de Lourdes Costa e Souza. Ela ingressa no serviço público por meio de concurso para o DASP, onde participa do programa de capacitação e formação de pessoal em arquivos.

Gomes (2011, p.88) afirma que Maria é contemplada com bolsa de estudos para ir aos Estados Unidos onde estuda a teoria arquivística americana no exato período que se “ esboçava os primeiros contornos teóricos do que viria a se transformar na Teoria das Três Idades. ” O autor

---

<sup>1</sup> Traduzido para o português em 1973 por Nilza Teixeira.

complementa que outros servidores do DASP como Nilza Teixeira (Tradutora no livro de Schellenberg), Adolpho Wanderlei (tradutor do Manual dos Arquivistas Holandeses), Washington Moura também obtiveram bolsas de estudos para treinamento nos Estados Unidos e Europa, e no Brasil. Importante pontuar que, de acordo com Gomes (2011, p.89) “os instrumentos e as técnicas arquivísticas – bases conceituais e empíricas do trabalho de arquivo – giravam em torno do método alfabético e geográfico” tendo como bases teóricas o Manual dos Arquivistas Holandeses, e a Teoria das Três Idades apropriada por Schellenberg (COSTA FILHO, 2016).

Na linha da legislação arquivística, a visita de Schellenberg estimula a elaboração e a articulação de uma legislação arquivística específica à realidade dos arquivos brasileiros. Em 1978, protocoliza-se o Projeto de Lei (PL) nº 4.767 de 1978, que posteriormente publicado na Lei nº 6.546/1978, que regulamenta as profissões de arquivista e de técnico de arquivo. Segundo Linden (2016, p.234) pode-se interpretar a regulamentação da profissão de arquivista como “um meio de afirmação dos profissionais dessa área e formação de uma comunidade com o objetivo de determinar fronteiras de jurisdição e de estabelecer as suas relações com outras profissões.”

O PL foi assinado por Arnaldo Prieto, Ministro do Trabalho. O ministro expõe que “estudos realizados neste Ministério conduziram à verificação da necessidade de regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, a primeira de nível superior, com currículo mínimo aprovado pelo Conselho Federal de Educação, e a segunda de 2º grau.” (BRASIL, 1978, p.5)

No mesmo PL (BRASIL, 1978, p.11), o Deputado Manoel de Almeida, relator, em 12 de abril de 1978, afirma que

A principal causa do descaso em que se encontram os arquivos deve-se ao errôneo enfoque de órgão passivo que se lhe empresta, isto é, de mero receptor de documentos. Na realidade, entretanto, cabe ao arquivista a função maior de administrador de documentos oficiais e difusor das informações - neles contidas.

No início dos anos 80, o projeto de modernização, sob a gestão da Diretora Celina Vargas do Amaral Peixoto (1980-1990) tem como principal alvo a elaboração e aprovação da Lei de Arquivos (RIDOPLPHI, 2016). Em 1984, há a protocolização do PL nº 4.895, que resulta na promulgação da Lei nº 8.159/1991. No texto do anteprojeto do PL (BRASIL, 1984, p.10) , assinado por Ibrahim Abi-Ackel, Ministro da Justiça, há menção da teoria das três idades, novamente trazida por Schellenberg, como método de organização dos arquivos e cita “uma nova concepção arquivística, menos voltada para o documento histórico e mais preocupada com a eficiência administrativa e com a racionalização da informação de grandes massas documentais, como é o caso nos Estados Unidos e no Canadá”



Jardim (2020) relata que desde a formação do Estado Brasileiro por volta de 1822, as instituições arquivísticas no Brasil eram compreendidas como entidades periféricas, de depósito de documentos importante para a história do Brasil com vista a memória, sem relação direta com a administração. A relação dos arquivos com a administração pública, ainda, segundo o autor, apenas configura-se, legalmente, a partir da Lei de Arquivo em 1991. Segundo o autor, “uma lei que foi **buscada durante 10 anos pelo Arquivo Nacional** e outros atores, arquivistas, pesquisadores. Que foi neste período dos anos 80 também beneficiada pela nova Constituição na qual o debate dos arquivos foi colocado por diversos desses autores” (JARDIM, 2020, grifo nosso).

### 3 ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS (AAB): COALISÃO E EVENTOS CIENTÍFICOS

A Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB)<sup>2</sup> é criada em 20 de outubro de 1971, no Salão Nobre do Arquivo Nacional, e segundo Marques (2007) reconhecida como de utilidade pública por meio do Decreto nº 1.200. Teve sua sede no Arquivo Nacional nos primeiros anos, cooperação esta proveitosa não apenas do ponto de vista da infraestrutura, mas também do ponto de vista técnico e de fomento da profissão.

Gomes detalha:

Reunidos no sétimo andar da Avenida Rio Branco, 120, Galeria dos Empregados do Comércio, no dia 14 de abril de 1971, profissionais de arquivo que trabalhavam em instituições com acervos documentais de diversas naturezas deram os primeiros passos para a fundação da AAB. Naquele dia estava deflagrado o processo de emancipação dos profissionais de arquivo (arquivistas e técnicos de arquivo) identificados com as atribuições e funções arquivísticas. A busca de soluções para os arquivos brasileiros, a afirmação da atividade arquivística e a legitimação do exercício da profissão de Arquivista e Técnico de Arquivo ganhou um novo agente da transformação do campo: a Associação dos Arquivistas Brasileiros. (GOMES, 2011, p.93).

Existiam núcleos da AAB em diversos estados até 1998, porém estes núcleos foram extintos quando da centralização da sede da AAB. Em substituição aos núcleos regionais, em alguns estados foram criadas associações de arquivistas perfazendo atualmente nas associações demonstradas no quadro 4.

---

<sup>2</sup> O Fundo da AAB encontra-se recolhido ao Arquivo Nacional, assim como os anais do Congresso Nacional de Arquivologia.

**Quadro 4- Associações de Arquivista e/ou Arquivologia no Brasil\***

Associação Brasileira de Arquivologia	ABARQ	1998
Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul	AARS	1998
Associação de Arquivistas de São Paulo	ARQ SP	1998
Associação dos Arquivistas da Bahia	AABA	2002
Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro	AAERJ	2004
Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo	AARQES	2005
Associação dos Arquivistas do Estado do Paraná	AAPR	2006
Associação de Arquivologia do Estado de Goiás	AAG	2006
Associação Mineira de Arquivistas	AMARQ	2013
Associação dos Arquivistas da Paraíba	AAPB	2013
Associação de Arquivistas do Estado do Ceará	ARQUIVE CE	2015
Associação de Arquivistas do Estado de Santa Catarina	AAESC	2015

Fonte: Marques (2007); Medeiros (2016); Linden(2017)

\* Algumas associações estão ativas porém não estão em funcionamento

A AAB teve como escopo de trabalho principal, durante os 44 anos de funcionamento, a cooperação e articulação com os órgãos governamentais, entidades nacionais e internacionais, públicas e privadas, as temáticas sobre os arquivos e a Arquivologia; a promoção do Congresso Brasileiro de Arquivologia; a organização e apoio de eventos técnicos, científicos e culturais no campo arquivístico no Brasil e no exterior; a edição da revista *Arquivo & Administração*; a articulação e interlocução entre associações congêneres no Brasil e no exterior; a cooperação com os arquivos federais, estaduais e municipais e demais entidades, no desenvolvimento de políticas de arquivo e de políticas associativistas; a promoção e o apoio no ensino, na pesquisa e na extensão em Arquivologia (RIDOLPHI, 2016; MEDEIROS, 2016).

A Associação teve fundamental papel na cooperação com o Ministério da Educação (MEC) na institucionalização dos cursos superiores de Arquivologia, encaminhando o projeto do currículo mínimo dos cursos superiores da área, aprovado em 1974; e a mobilização junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para obter a regulamentação das profissões de arquivista e técnico de arquivo, alcançada em 1978 (RIDOLPHI, 2016). Não obstante, articula o I Congresso Brasileiro de Arquivologia em 1972 seguido de outras 17 edições entre 1972 e 2012, apresentado no quadro 5. Apesar disso, a AAB organizou o periódico “*Arquivo & Administração*” que teve sua primeira edição no ano de 1972 (MARQUES, 2011), atualmente digitalizado e disponível no sítio da Biblioteca Nacional.

Quadro 5- Congresso Brasileiro de Arquivologia (1972-2012)

Edição	Temas	Local	Ano
I	- Temas gerais: Sistema Nacional de Arquivos; A formação e a profissão do arquivista no Brasil; Terminologia arquivística; As modernas técnicas aplicadas aos arquivos; A importância dos arquivos para a pesquisa histórica; O valor do arquivo na administração; A significação dos arquivos para as atividades técnico científicas. - Temas especiais: Arquivos médicos.	Rio de Janeiro	1972
II	Conservação e restauração de documentos; Critérios de eliminação de documentos; A importância dos arquivos na empresa; Arquivos hospitalares; Os arquivos de imprensa.	São Paulo	1974
III	- Sessões plenárias: Política Brasileira de Arquivos/Plano Nacional de Cultura; Recursos humanos na área de arquivo; Teoria das Três Idades do arquivo; Conservação e restauração de documentos; Automação e microfilmagem nos arquivos. - Temas especializados: Arquivos médicos; Arquivos de plantas, mapas, desenhos e fotografias; Arquivos judiciários; Arquivos pessoais e familiares; Arquivos impressos.	Rio de Janeiro	1976
IV	Os arquivos e sua utilização.	Rio de Janeiro	1979
V	Os arquivos na realidade brasileira.	Rio de Janeiro	1982
VI	Arquivos: política, administração, cultura.	Rio de Janeiro	1986
VII	Arquivos: política, administração, cultura.	Brasília	1988
VIII	Arquivologia e gestão da informação: tecnologias e perspectivas.	Salvador	1990
IX	O arquivista na era da informação.	Santa Maria	1992
X	Rumos e consolidação da Arquivologia.	São Paulo	1994
XI	Arquivos: política, administração, cultura.	Rio de Janeiro	1996
XII	Os desafios da Arquivologia rumo ao terceiro milênio.	João Pessoa	1998
XIII	Os Arquivos e o Descobrimento de um Novo Brasil.	Salvador	2000
XIV	A Arquivologia e a construção social do conhecimento.	Rio de Janeiro	2006
XV	A Arquivologia no Brasil: diversidades, desigualdades e perspectivas.	Goiânia	2008
XVI	O lugar do arquivo.	Santos	2010
XVII	Preservação, Acesso, Difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI.	Rio de Janeiro	2012

Fonte: Marques (2011, p.234), Medeiros (2016).

Com início da modernização da Arquivologia no Brasil no início dos anos 80, sob os cuidados de Celina Vargas, Diretora do Arquivo Nacional, a AAB, segundo Ridolphi (2016, p.59) “perde seu protagonismo”. O autor expõe que a associação já não se articulava como na década anterior e passava por problemas financeiros o que impactava, inclusive na atuação e entrega da revista e na promoção do CBA. Em 2006, no II Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), em Porto Alegre, foi criada a Executiva Nacional das Associações Regionais de Arquivologia (ENARA), por 6 associações regionais: AAERJ, AARS, ABArq, AABA, AARQES e AAPR. Em 2014, no V CNA realizado em Santa Maria-RS, foi anunciado o fim da ENARA e a criação do Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil (FNArq), reunindo as associações nacionais. (RIDOLPHI, 2016). Em 2015, a AAB é oficialmente extinta como descreve Ridolphi:

Em 4 de fevereiro de 2015, após insucesso na formação de nova diretoria no processo eleitoral do ano anterior pela ausência de chapas candidatas, a Diretoria pro tempore da AAB realizou Assembleia Geral Extraordinária que aprovou a dissolução da associação, encerrando assim as atividades da primeira associação profissional de Arquivologia do Brasil.[...] Ocupando então o papel de única entidade nacional no campo associativo arquivístico, o FNArq tem se empenhado na defesa da profissão, tendo atuado decisivamente no arquivamento do PL nº 2.606/2015 – que propunha alterar a Lei nº 6.546/78, para permitir o exercício da atividade de arquivista aos profissionais graduados em áreas afins com especialização em Arquivologia – e na construção de uma agenda para o campo arquivístico, se destacando a elaboração da Declaração Brasileira sobre os Arquivos<sup>19</sup>, divulgada em 9 de junho de 2016.(RIDOLPHI, 2016, p.62).

Apesar da extinção da AAB, as associações no Brasil permanecem na representação da coletividade em prol da Arquivologia e dos Arquivistas. O FNArq, ativo até a apresentação deste artigo, compõe-se de membros das associações em funcionamento. Trata-se de um fórum cujas discussões ganham espaço e complexidades suficientemente abrangentes à representatividade no cenário nacional.

#### 4 ARQUIVO NACIONAL E O PROTAGONISMO: CONCLUSÕES

Ao conjugarmos os marcos da Arquivologia no Brasil, é nítida a interação e o protagonismo do Arquivo Nacional que se materializou por vezes em articulações políticas a fim de se publicar os marcos regulatórios, outrora em cooperações internacionais e muitos momentos pela ação de diretores<sup>3</sup> que foram fundamentais e inovadores. José Honório Rodrigues (1958-1964) contribui iniciando um movimento de construção de uma base de conhecimento sólida. Traz diversos pesquisadores estrangeiros nos quais entregam ao Arquivo Nacional, relatórios diagnósticos e estudos basilares para as melhorias instaladas nos anos seguintes. Ademais, traduz e publica obras e materiais técnicos que são utilizados até os dias atuais.

Raul do Rego Lima (1969-1980) cria o “Mensário do AN”, publicação posteriormente substituída pela Revista Acervo, hoje fonte primária de pesquisa da área. Rego Lima dá continuidade às visitas dos pesquisadores estrangeiros e convida Michel Duchein em 1978. Duchein acompanha a inauguração da Divisão de Pré-Arquivo, ministra palestra na AAB e recomenda e reafirma necessidade de formação do Sistema Nacional de Arquivos<sup>4</sup> (SINAR) criado

---

<sup>3</sup> Não se excluem das contribuições para a consolidação da Arquivologia, os demais diretores não citados. Foram citados os diretores em questão pois foram analisadas as conjunturas históricas entre a criação do Arquivo Público do Império até os anos 90.

<sup>4</sup> O Decreto nº 82.308, de 25 de setembro, institui o Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, com a finalidade de assegurar a preservação de documentos do Poder Público, tendo como órgão central o Arquivo Nacional. Fica também instituída, junto ao Arquivo Nacional, a Comissão Nacional de Arquivos - CONAR. (ARQUIVO NACIONAL, 2016).

em 1978. Celina Vargas do Amaral Peixoto (1980-1990) articulou o Projeto de Modernização Institucional Administrativa do Arquivo Nacional que teve como principal marco regulatório a Lei dos Arquivos. A modernização entrega para a sociedade um Arquivo Nacional que trata e cuida não apenas na memória, mas dos conjuntos documentais nacionais desde sua produção. Celina foi gestora da FGV onde em 1973 criou o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. A editora FGV publicou nos últimos anos coleção de obras arquivísticas dentre uma delas a versão em português “Arquivos Modernos: princípios e técnicas” de Schellenberg.

O Arquivo Nacional protagoniza uma miríade de facetas *sine qua non* para o amadurecimento da Arquivologia no Brasil. Em 1971, apoia a criação da AAB na qual foi uma das pedras fundamentais da representatividade da profissão e orquestrou os Congressos Brasileiros de Arquivologia e a Revista Arquivos & Administração. Vale notar que nos anos 90, a criação da AAB em 1971 motiva a instituição de Associações de Arquivistas e de Arquivologia no país assim como o coletivo dessas associações, o Fórum Nacional de Arquivologia (FNArq), atuantes nos dias de hoje. Em 1986 publica, a Acervo – Revista do Arquivo Nacional, em substituição ao Mensário do AN, com periodicidade semestral, que tem por objetivo divulgar estudos e fontes nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas, especialmente a Arquivologia (MEDEIROS, 2016). Este periódico, ativo, apresenta-se como fonte de registro científico da Arquivologia e demonstra edição após edição as evoluções científicas da área. No âmbito da formação, em 1960, cria o Curso Permanente em Arquivos, curso balizador dos dezesseis Cursos de Graduação do país.

A partir dos autores lidos, pode-se formatar o quadro 6, que não é exaustivo, entretanto sintetiza os principais marcos para a Arquivologia no Brasil entre 1838 a 1991. No mesmo quadro, também, foram incluídas as datas de início e fim das gestões dos Diretores do Arquivo Nacional.

**Quadro 6- Linha do tempo (1838-1991)**

1838- Criação do Arquivo Público do Império
1840- Início da Gestão de Ciro de Brito
1841- <u>Enunciação do Respeito aos Fundos na França</u>
1857- Fim da Gestão de Ciro de Brito
1857- Início da Gestão de José Tomás Barbosa
1860- Fim da Gestão de José Tomás Barbosa
1860- Início da Gestão de Antônio Pinto
1869- Fim da Gestão de Antônio Pinto
1869- Início da Gestão de Joaquim da Silva
1873- Fim da Gestão de Joaquim da Silva
1873-1898- Primeiro plano de classificação e levantamento da necessidade de curso específico
1889- Altera o nome para Arquivo Público Nacional
1898- Publicação do Manual de Arranjo em Descrição na Holanda
1899- Início da Gestão de Pedro Rebelo

1902- Fim da Gestão de Pedro Rebelo
1902- Início da Gestão de Francisco da Silva
1910- Fim da Gestão de Francisco da Silva
1910- Início da Gestão de Alcebíades Furtado
1911- Nova denominação: Arquivo Nacional
1911- Criação do Curso de Diplomática e Paleografia
1915- Fim da Gestão de Alcebíades Furtado
1915- Início da Gestão de Frederico Schumann
1917- Fim da Gestão de Frederico Schumann
1917- Início da Gestão de Luis Dória
1922- Fim da Gestão de Luís Dória
1922- Início da Gestão de João Alcides Bezerra Cavalcanti
1922- Publicação do Decreto nº 15.596, de 2 de agosto que propõe a criação de um curso técnico para os funcionários do Arquivo Nacional
1938- Fim da Gestão de João Alcides Bezerra Cavalcanti
1938- Início da Gestão de Eugênio Vilhena de Moraes
1944- Visita de Charles Lyon Chandelier
1954- Visita de Roscoe Hill e Allan Manchester
1955- Visita de John P.Harrison
1956- Segunda visita de John P.Harrison
1958- Fim da Gestão de Eugênio Vilhena de Moraes
1958- Início da gestão de José Honório Rodrigues
1959- Vista de Henri Boullier de Branche
1960- Publicação versão em português da obra “Manual de Arranjo e Descrição”
1960- Vista de Theodore R. Schellenberg
1960- Pedido e autorização para traduzir o “Manual de Arranjo e Descrição”
1960- Criação do Curso Permanente em Arquivos (CPA)
1964- Fim da gestão de José Honório Rodrigues
1964- Início e Fim da gestão de Roberto Dias Groba
1964- Início da gestão de Pedro Aragão
1969- Fim da gestão de Pedro Aragão
1969- Início da Gestão de Raul do Rego Lima
1970- Publicação da 2ª edição da versão em português da obra “Manual de Arranjo e Descrição”
1971- Visita de René Maheu
1971- Visita de Elio Lodolini
1972- Segunda visita de Elio Lodolini
1972- Visita de Vicenta Cortés Alonso
1971-Criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB)
1972- I Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA)
1973- Publicação da versão em Português da obra “Arquivos Modernos: princípios e técnicas”
1974- II Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA)
1974- Aprovação do currículo mínimo
1974- Visita de Franks Evans
1975- Criação da Divisão de Pré-Arquivo
1975- Segunda Visita de Vicenta Cortés Alonso
1976- III Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA)
1976- Segunda visita de Franks Evans
1976- Criação do Curso de Graduação da UFSM
1977- Transferência do CPA para a FEFIERJ
1978- Visita de Michel Duchein
1978- Decreto nº 82.308, de 25 de setembro- Criação do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR)
1978- Protocolo do Projeto de Lei (PL) nº 4.767 de 1978
1978- Lei nº 6.546/1978- regulamenta as profissões de arquivista e de técnico de arquivo
1979- IV Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA)
1979- Visita de Carmem Crespo Nogueira
1979- Visita de Aurelio Tanodi

1979- Segunda Visita de Michel Duchein
1980- Fim da gestão de Raul do Rego Lima
1980- Início da gestão de Celina Vargas
1980- Projeto de Modernização do Arquivo Nacional
1981- Visita de Charles Kecskeméti
1981- Visita de Salvatore Carbone
1981- Visita de Cloulas
1982- Terceira Visita de Frank Evans
1982- V Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA)
1982- Segunda Visita de Charles Kecskeméti
1982- Terceira Visita de Michel Duchein
1983- Decreto nº 88.771, de 27 de setembro- Torna o Arquivo Nacional órgão autônomo da administração direta, do Ministério da Justiça
1984- Protocolo do Projeto de Lei (PL) nº 4.895- Lei dos Arquivos
1986- Primeira edição da Revista Acervo
1986- VI Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA)
1987-Quarta Visita de Michel Duchein
1988- VII Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA)
1990- Final da gestão de Celina Vargas
1990-VIII Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA)
1990- Criação do Curso de Graduação da UNB
<b>1991- Publicação da Lei dos Arquivos- Lei nº 8.159/1991</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos autores analisados (2021).

Por fim, o protagonismo do Arquivo Nacional não se resume ao período relatado. Muito foi feito após os anos 90. Cita-se, por exemplo, a criação do Sistema de informações do Arquivo Nacional (SIAN), a publicação de normas, diretrizes e o Dicionário de Terminologia Arquivística nos anos 2000 e o acompanhamento e a contribuição na renovação da legislação arquivística.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. Institucional: Histórico. 2016 Disponível em <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historico> Acesso em: 08 fev. 2021.

BIBLIOTECA NACIONAL E ARQUIVO NACIONAL. Série de Revista Arquivo e Administração (1972-2014) Disponível em [http://biblioteca.an.gov.br/scripts/bnportal/bnportal.exe/index#acao=busca\\_col&cod\\_per=79344&alias=geral&xsl=vbiblcol0](http://biblioteca.an.gov.br/scripts/bnportal/bnportal.exe/index#acao=busca_col&cod_per=79344&alias=geral&xsl=vbiblcol0). Acesso em: 28 ago 2018.

BOULLIER DE BRANCHE, Henri. **Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1975.

BRASIL. Projeto de Lei nº 4..767 de 27 de março de 1978. Brasília, 1978. Disponível em [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1185024&filename=Dossie+-PL+4767/1978](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1185024&filename=Dossie+-PL+4767/1978) Acesso em 08 mar 2020

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.895 de 05 de dezembro de 1984. Brasília, 1984. Disponível em [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=node0h17ukpq7bmg](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0h17ukpq7bmg)

[fwvcvh6l8086f10018040.node0?codteor=1163654&filename=Dossie+-PL+4895/1984](https://www.arquivo.gov.br/portal/pt-br/assuntos/2020/03/08/fwvcvh6l8086f10018040.node0?codteor=1163654&filename=Dossie+-PL+4895/1984) Acesso em 08 mar 2020

COSTA FILHO, Cássio Murilo Alves. **Possíveis limitações do ciclo vital dos documentos ante ao pós-custodialismo: o modelo australiano records continuum como instrumento de elucidação.** 2016. 185 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

COUGO JUNIOR, Francisco Alcides. Histórico e origens do princípio de respeito aos fundos. **Àgora**, Florianópolis, v. 28, n. 57, p. 343-358, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/715/pdf>. Acesso em: 26 fev. 2021.

DUCHÂTEL, Tanneguy. **Rapport au roi sur les archives départementales et communales.** Paris: Imprimeries Royales, 1841.

FRANÇA. **Instructions pour la mise en ordre et le classement des archives departementales** de 24 de abril de 1841, Paris, 1841.

KUROKI, Ívina Flores Melo. **Demarcações conceituais dos princípios científicos da Arquivologia e da Ciência da Informação:** contribuições para a configuração científica das disciplinas no campo da informação. 2016. 141 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

GOMES, Yuri Queiroz. **Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978):** entre a memória e a história. 2011. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

JARDIM, José Maria. **Perspectivas da Arquivologia Contemporânea.** 2020 (9:21) Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=Pmw-Hulq1jw&feature=share&fbclid=IwAR3wSCae\\_U2vZiiSasmD5nOrUwiXYdoO6zXBERmmLv0RF84kvJaVhEw2RuU](https://www.youtube.com/watch?v=Pmw-Hulq1jw&feature=share&fbclid=IwAR3wSCae_U2vZiiSasmD5nOrUwiXYdoO6zXBERmmLv0RF84kvJaVhEw2RuU). Acesso em: 27 abr. 2020.

LINDEN, Leolibia Luana. Sociologia das profissões: Análise do desenvolvimento da Profissão de Arquivista no Brasil . **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 22, n. 2, ESPECIAL, p. 227-237, abr./ jul., 2017. Anais do 35º Painel Biblioteconomia Santa Catarina. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1343/pdf>. Acesso em: 02 mar. 2021.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha.. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil.** 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Interloquções entre a Arquivologia nacional e internacional no delineamento da disciplina no Brasil.** 2011. 399 f. Tese (doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 2011.

MARQUES, A. A. C.; RODRIGUES, G. M. Um intelectual no arquivo: legado de José Honório Rodrigues para a arquivologia no brasil. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 30, n. 2, p. 176-191, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/40771>. Acesso em: 17 abr. 2020.



MEDEIROS, José Mauro Gouveia de. **A literatura científica arquivística brasileira**: uma análise de citação nos artigos de periódicos (2010-2013). 2016. 115 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

RIDOLPHI, Wagner Ramos. **A profissionalização do arquivista no estado do Rio de Janeiro** / Wagner Ramos Ridolphi. -- Rio de Janeiro, 2016. 124 f. Dissertações (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2014/ridolphi-wagner-ramos-a-profissionalizacao-do-arquivista-no-estado-do-rio-de-janeiro/view> Acesso em: 22 abril. 2020.

SHELLENBERG, T. R. Problemas arquivísticos do governo brasileiro. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 28, n. 2, p. 287-300, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/40612>. Acesso em: 24 abr. 2020.

## NOTAS DE AUTORIA

### Ívina Flores Melo

Possui graduação pela Universidade de Brasília (2006) em Letras-Tradução e Arquivologia (2011) na Universidade de Brasília. Pós-graduada em Gestão Arquivística de Documentos, Mestre em Ciência da Informação e Doutoranda em Ciência da Informação. Pesquisadora na área de Epistemologia e História da Arquivologia com ênfase na trajetória e delimitação dos princípios arquivísticos. Atualmente, é servidora do Ministério da Saúde no cargo de Tecnologista em Ciência e Tecnologia (Gestão da Informação e do Conhecimento) ocupando a função de Chefe da Seção de Apoio Institucional e Articulação Federativa.

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/7935904336417258>